

# Nota do Editor

A pirataria é uma das mais antigas profissões do mundo; já na Antiguidade Clássica, os navios de comércio, que navegavam pacificamente no Mediterrâneo, corriam o risco de serem atacados por piratas, verem as suas cargas pilhadas e os seus tripulantes feitos escravos e sujeitos a resgate. Posteriormente, a pirataria alargou-se a todos os oceanos, tendo em alguns locais, como nas Caraíbas, nos séculos XVI e XVII, um particular desenvolvimento. Ainda no primeiro quartel do século XIX, a marinha de comércio portuguesa foi alvo do corso associado às guerras napoleónicas, aos conflitos da América do Sul, com o Uruguai e o Brasil, e aos piratas do Norte de África, que atacavam também os pescadores e as populações das povoações ribeirinhas no Algarve. Aliás, a expressão “...há mouro na costa...” ainda hoje ali é correntemente utilizada.

A ocupação francesa da Argélia, em 1830, e posteriormente, da Tunísia e de Marrocos, veio pôr termo a esta ameaça magrebina nas nossas costas, que pouco depois, praticamente desapareceu dos mares. É verdade que a pirataria se manteve ativa em algumas áreas da Ásia, em locais confinados e limitados, mas não afetando as linhas de comunicação marítima mais importantes durante a última metade do século XIX e todo o século XX. Uma consequência deste facto, curiosamente, foi o crime de pirataria ter desaparecido do ordenamento jurídico de muitos Estados, entre os quais Portugal.

Nestas circunstâncias, foi com enorme surpresa que o mundo civilizado acordou em 2007, para um novo surto de pirataria, agora no Golfo de Adém e ao largo da Somália, afetando diretamente uma das mais importantes, ou talvez mesmo, a mais importante linha de comunicações marítimas, a que liga a Ásia e o Médio Oriente à Europa, através do Canal de Suez. De imediato subiram os seguros e os fretes, e muitos armadores alteraram as rotas dos seus navios para o Cabo da Boa Esperança, com trânsitos de maior duração e maiores custos. A comunidade internacional reagiu, de forma algo tímida, deslocando importantes forças navais para a área, mas operando com “regras de empenhamento” restritivas, o que permitiu a continuação com sucesso dos ataques dos piratas. A intervenção preventiva na costa não foi autorizada e o “legalismo” das democracias ocidentais levou muitas vezes à libertação dos piratas, por falta de provas, ou por não haver tribunais que os pudessem, ou quisessem julgar.

No presente, a situação melhorou significativamente na região ao largo da Somália, mas está a evoluir de forma preocupante no outro lado de África, no Golfo da Guiné, uma das mais importantes fontes de produção mundial de hidrocarbonetos e onde Portugal se abastece de parte significativa do gás natural que consome.

É este o tema, extremamente oportuno e atual, que o Cte. Henrique Portela Guedes nos traz, num texto bem redigido, muito completo e abrangente.

O autor é um prestigiado Oficial da Armada, que alia um interessante *curriculum* operacional, designadamente, o comando do patrulha N.R.P. SAVE, ao desempenho de funções no Estado-Maior da Armada e, recentemente, na Autoridade Marítima, como Adjunto do Capitão do Porto de Lisboa para a Segurança Marítima.

O Cte. Portela Guedes vem acompanhando o fenómeno da pirataria marítima há já alguns anos, tendo feito demorada pesquisa e analisado criticamente vasta informação. Redigiu e publicou já numerosos artigos relativos a esta temática em revistas e jornais, nacionais e estrangeiros, como a Revista de Marinha, a Revista da Armada, o Diário de Notícias, a *Revista General de Marina*, a Revista Marítima Brasileira e a britânica *Warships*. De assinalar também, a sua presença, em muitas conferências e palestras acerca deste mesmo tema; eu próprio tive por diversas vezes o prazer de partilhar a mesa com o Cte. Portela Guedes e outros oradores, designadamente, na Sociedade de Geografia de Lisboa, na Universidade Nova, em Lisboa, no Museu do Mar, em Cascais, e no auditório do ISCIA, em Aveiro.

Em resumo, trata-se de uma obra de extrema atualidade e interesse, que aborda um fenómeno ainda em evolução, de modo muito abrangente e profissional, valorizada por um notável prefácio, assinado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes. De assinalar a presença, em anexo, dos textos das Resoluções da IMO – *International Maritime Organization*, do Conselho de Seguranças das Nações Unidas e do Parlamento Europeu acerca da pirataria marítima na costa da Somália. Será certamente uma obra de referência, de muita utilidade, para os profissionais de algum modo ligados ao transporte ou à segurança marítimas, para quem se interessar por Relações Internacionais, a nível académico ou no terreno, e ainda para quem tenha interesse ou curiosidade por estes assuntos.

É assim com muito prazer que as “Edições Revista de Marinha” publicam esta obra, simultaneamente em português e inglês, com a convicção de que será muito útil, oportuna e do agrado dos seu leitores.